

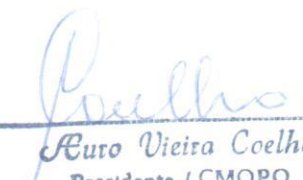
M E N S A G E M



O Poder Legislativo Municipal para fins de cumprimento do Art 37 da Constituição Federal. No que se refere à pu-  
blicação e transparência da Administração Pública, vê-se impelido à  
aprovação do presente Projeto para melhor esclarecer à sociedade so  
bre os atos da Câmara Municipal, dando assim transparência aos mes-  
mos através da imprensa falada, televisada e escrita.

Assim sendo, solicitamos aos nobres pares a  
aprovação do Projeto por ser o mesmo de interesse social.

Ouro Preto do Oeste, Em, 01 de Fevereiro de 94

  
Euro Vieira Coelho  
Presidente / CMOPO

  
João Magalhães de Nascimento  
1.º Secretário

  
Braz Resende  
Vice-Presidente / CMOPO

  
Ronilton Rodrigues Reis  
2.º Secretário


M E N S A G E M

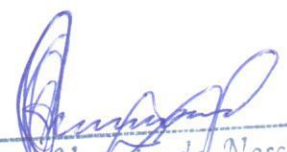



O Poder Legislativo Municipal para fins de cumprimento do Art 37 da Constituição Federal. No que se refere à publicação e transparência da Administração Pública, vê-se impelido à aprovação do presente Projeto para melhor esclarecer à sociedade sobre os atos da Câmara Municipal, dando assim transparência aos mesmos através da imprensa falada, televisada e escrita.

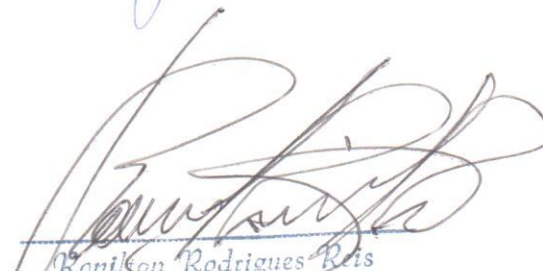
Assim sendo, solicitamos aos nobres pares a aprovação do Projeto por ser o mesmo de interesse social.

Ouro Preto do Oeste, Em, 01 de Fevereiro de 94

  
Euro Vieira Coelho  
Presidente / CMOPO

  
João Nogueira do Nascimento  
1.º Secretário

  
Paulo Resende  
Vice-Presidente / CMOPO

  
Ronilson Rodrigues Reis  
2.º Secretário


M E N S A G E M

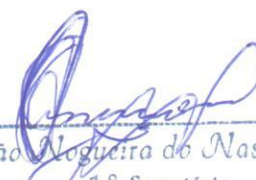


O Poder Legislativo Municipal para fins de cumprimento do Art 37 da Constituição Federal. No que se refere à publicação e transparência da Administração Pública, vê-se impelido à aprovação do presente Projeto para melhor esclarecer à sociedade sobre os atos da Câmara Municipal, dando assim transparência aos mesmos através da imprensa falada, televisada e escrita.

Assim sendo, solicitamos aos nobres pares a aprovação do Projeto por ser o mesmo de interesse social.

Ouro Preto do Oeste, Em, 01 de Fevereiro de 94

  
Euro Vieira Coelho  
Presidente / CMOPO

  
João Nogueira do Nascimento  
1.º Secretário

  
Braz Resende  
Vice-Presidente / CMOPO

  
Ronilton Rodrigues Reis  
2.º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 138

APROVADO

1ª VOTAÇÃO

QUORUM 14 unanim

Em: 21 / 03 / 94



DE 01 DE FEVEREIRO DE 1.994.

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE DO  
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE OURO  
PRETO DO OESTE".

O Prefeito do Município de Ouro Preto  
do Oeste,

Faço saber que a Câmara Municipal apro-  
vou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) O Plano de Publicidade do Po-  
der Legislativo para o exercício de 1994, aprovado na forma desta  
Lei, compreenderá as seguintes publicações:

I - Informativos mensais, quinze -  
nais ou diários;

II - Documentos Oficiais;

III - Atos do Poder Legislativo;

IV - Campanhas para esclarecimento 'Público;

V - Notas Oficiais; e,

VI - Divulgação de proposições.

Art. 2º) A veiculação publicitária, far-  
-se-á pelos seguintes meios:

I - Imprensa falada ou escrita;

II - Painéis, aut door's, placas ,  
cartazes, folhetos;

III - Televisão, rádio e outros meios  
de divulgação.



PROJETO DE LEI Nº 138

APROVADO

1ª VOTAÇÃO

QUORUM 14 / unanim

Em: 21 / 03 / 94



DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994.

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE DO  
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE OURO  
PRETO DO OESTE".

O Prefeito do Município de Ouro Preto  
do Oeste,

Faço saber que a Câmara Municipal apro-  
vou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) O Plano de Publicidade do Po-  
der Legislativo para o exercício de 1994, aprovado na forma desta  
Lei, compreenderá as seguintes publicações:

I - Informativos mensais, quinze -  
nais ou diários;

II - Documentos Oficiais;

III - Atos do Poder Legislativo;

IV - Campanhas para esclarecimento

Público;

V - Notas Oficiais; e,

VI - Divulgação de proposições.

Art. 2º) A veiculação publicitária, far-  
-se-á pelos seguintes meios:

I - Imprensa falada ou escrita;

II - Painéis, aut door's, placas ,  
cartazes, folhetos;

III - Televisão, rádio e outros meios  
de divulgação.

PROJETO DE LEI Nº 138

APROVADO	
1.ª VOTAÇÃO	
QUORUM	14 / <i>unanim</i>
Em:	21 / 03 / 94



DE 01 DE FEVEREIRO DE 1.994.

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE DO  
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE OURO  
PRETO DO OESTE".

O Prefeito do Município de Ouro Preto  
do Oeste,

Faço saber que a Câmara Municipal apro-  
vou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) O Plano de Publicidade do Po-  
der Legislativo para o exercício de 1994, aprovado na forma desta  
Lei, compreenderá as seguintes publicações:

I - Informativos mensais, quinze -  
nais ou diários;

II - Documentos Oficiais;

III - Atos do Poder Legislativo;

IV - Campanhas para esclarecimento

Público;

V - Notas Oficiais; e,

VI - Divulgação de proposições.

Art. 2º) A veiculação publicitária, far-  
-se-á pelos seguintes meios:

I - Imprensa falada ou escrita;

II - Painéis, aut door's, placas ,  
cartazes, folhetos;

III - Televisão, rádio e outros meios  
de divulgação.



Art. 3º) A despesa a ser realizada com a publicidade de que trata esta Lei, é estimada em Cr\$3.000.000,00 (TRÊZ MILHÕES DE CRUZEIROS REAIS).

Art. 4º) Além do Processo Licitatório , para a realização das despesas previstas nesta Lei, serão observados, quando for o caso:

I - Tratando-se de publicidade fala das, rádio e televisão, a área de abrangência deverá atingir, pelo menos, a sede do Município;

II - Tratando-se de imprensa escrita (jornal), a circulação deverá abranger, pelo menos a sede do Município;

III - Tratando-se de periódicos, revistas ou outros meios de divulgação, deverá ser assegurado a circulação ou distribuição, pelo menos, na sede do Município, durante o período que compreender a publicidade;


IV - Outros requisitos previstos nos respectivos atos convocatórios da licitação.

PARÁGRAFO ÚNICO - No Processo Licitatório será observado os limites das modalidades e os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 5º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º) Revogam-se as disposições em contrário.

  
Euro Vieira Coelho  
Presidente / CMOPQ

  
João Nogueira do Nascimento  
Secretário





Art. 3º) A despesa a ser realizada com a publicidade de que trata esta Lei, é estimada em Cr\$3.000.000,00 (TRÊZ MILHÕES DE CRUZEIROS REAIS).

Art. 4º) Além do Processo Licitatório, para a realização das despesas previstas nesta Lei, serão observados, quando for o caso:

I - Tratando-se de publicidade fala das, rádio e televisão, a área de abrangência deverá atingir, pelo menos, a sede do Município;

II - Tratando-se de imprensa escrita (jornal), a circulação deverá abranger, pelo menos a sede do Município;

III - Tratando-se de periódicos, revistas ou outros meios de divulgação, deverá ser assegurado a circulação ou distribuição, pelo menos, na sede do Município, durante o período que compreender a publicidade;


IV - Outros requisitos previstos nos respectivos atos convocatórios da licitação.

PARÁGRAFO ÚNICO - No Processo Licitatório será observado os limites das modalidades e os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 5º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º) Revogam-se as disposições em contrário.

  
Auro Vieira Coelho  
Presidente / CMOPC

  
João Nogueira do Nascimento  
1.º Secretário



Art. 3º) A despesa a ser realizada com a publicidade de que trata esta Lei, é estimada em Cr\$3.000.000,00 (TRÊZ MILHÕES DE CRUZEIROS REAIS).

Art. 4º) Além do Processo Licitatório , para a realização das despesas previstas nesta Lei, serão observados, quando for o caso:

I - Tratando-se de publicidade falada, rádio e televisão, a área de abrangência deverá atingir, pelo menos, a sede do Município;

II - Tratando-se de imprensa escrita (jornal), a circulação deverá abranger, pelo menos a sede do Município;

III - Tratando-se de periódicos, revistas ou outros meios de divulgação, deverá ser assegurado a circulação ou distribuição, pelo menos, na sede do Município, durante o período que compreender a publicidade;

IV - Outros requisitos previstos nos respectivos atos convocatórios da licitação.

PARÁGRAFO ÚNICO - No Processo Licitatório será observado os limites das modalidades e os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 5º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º) Revogam-se as disposições em contrário.

  
Euro Vieira Coelho  
Presidente / CMOPQ

  
João Nogueira de Nascimento  
Secretário

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste	
PROTOCOLO	
01/02/94	Nº: 029/94
RESPONSÁVEL	



AO GABINETE DO PRESIDENTE:  
SEGUE O PRESENTE PROCESSO MONTADO NESTA DATA ATRAVÉS DO DOCUMENTO  
DAS FOLHAS 02,03 E 04 DESTE PROCESSO.

Em, 01-02-94.

*Ocyar Galimbert d. Silva*  
Serviço de Protocolo  
Port. 113-GP-CMOPO-01-06-93

A. Seção Legislativa.  
Segue o presente processo para conhecimento  
do Plenário. Em, 11.02.94

*Silvana Coutinho*  
Chefe Seção de Gabinete  
Portaria. 167-GP-CMOPO-RO-83

Ao Plenário  
Segue o presente processo  
para conhecimento  
Em 28.02.94

*ABP*

ESTADO DE RONDÔNIA  
Câmara Municipal de Ouro Preto  
SEÇÃO LEGISLATIVA  
Comissão Permanente de Justiça  
e Resolução  
Para parecer dentro do prazo re-  
mental, em 21 de 02 de 93  
\_\_\_\_\_  
Chefe De Seção Legislativa

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO



ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 138 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1.994.

ASSUNTO: "DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE".

PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

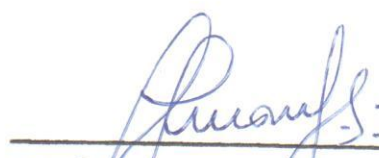
O Projeto ora em análise é Constitucional encontra-se em boa técnica legislativa e regular redação.

Trata-se do plano de publicidade do Poder Legislativo do Município para o exercício de 1.994.

Assim sendo, encontra-se em plenas condições legais de ser analisado pelas Comissões de Justiça e Redação e Orçamentos e Finanças.

É nosso parecer.

Sala da Assessoria em, 22 / 02 / 1.994

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ MARTINS DOS ANJOS  
ASSESSOR-JURÍDICO





CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO

ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 138 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1.994.

ASSUNTO: "DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE".

PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

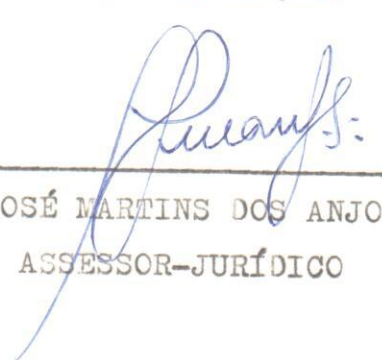
O Projeto ora em análise é Constitucional encontra-se em boa técnica legislativa e regular redação.

Trata-se do plano de publicidade do Poder Legislativo do Município para o exercício de 1.994.

Assim sendo, encontra-se em plenas condições legais de ser analisado pelas Comissões de Justiça e Redação e Orçamentos e Finanças.

É nosso parecer.

Sala da Assessoria em, 22 / 02 / 1.994

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ MARTINS DOS ANJOS  
ASSESSOR-JURÍDICO



RELATOR DA COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 138 DE 01 / 02 / 1994.

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE DO  
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE OURO  
PRETO DO OESTE".

PARECER E VOTO DO RELATOR

Relatando o presente Projeto de Lei, sen  
timos sua Constitucionalidade, sendo favorável à sua aprovação ,  
uma vez que trata-se do plano de publicidade do Poder Legislati-  
vo para o exercício de 1994.

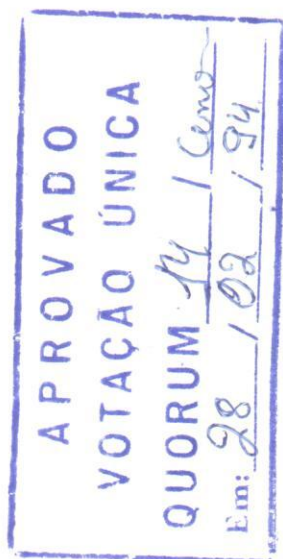
Todo órgão público tratando-se de poder'  
deveria tornar transparente seus atos para melhor conhecimento '  
da população do que realmente faz os poderes constituídos.

Assim sendo somos favoráveis à aprovação.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 22 de fevereiro/94

ALVARO GONÇALVES ROCHA  
RELATOR



COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 138 DE 01 / 02 / 1994.

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE DO  
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE OURO  
PRETO DO OESTE".

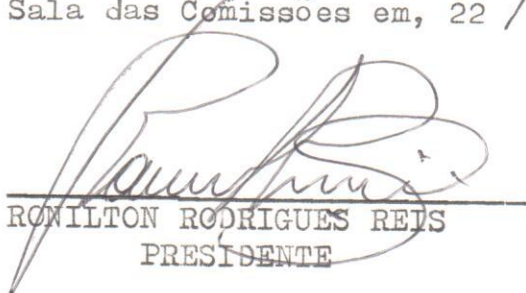
PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 003

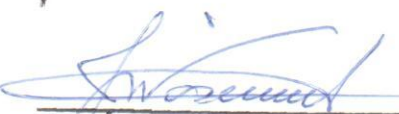
Esta Comissão após analisar a Constitu -  
cionalidade do Projeto, sentiu que o mesmo é viável e necessá -  
rio, uma vez que o Poder Legislativo para tornar-se transparen -  
te é necessário publicar através da Imprensa falada e escrita' os seus atos administrativos.


Assim sendo, somos de parecer favorável' á sua aprovação.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 22 / 02 / 1.994 .

  
RONILTON RODRIGUES REIS  
PRESIDENTE

  
JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO  
SECRETÁRIO

  
ALVARO GONÇALVES ROCHA  
MEMBRO





COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 138 DE 01 DE FEVEREIRO/ 1994

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE DO PODER'  
LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OES-  
TE-RO".

PARECER E VOTO DO RELATOR

Em apurada análise ao Projeto de Lei supra men-  
cionado, entendemos que se faz necessária conter Emenda Aditiva com  
a finalidade de trazer maior transparência, pelo fato de que ela in-  
forma a origem do recurso, bem como o valor pago por cada matéria ,  
de forma que a população tenha condições de acompanhar os atos admi-  
nistrativos deste Poder Legislativo, dando total transparência aos'  
olhos dos nossos Municípios.

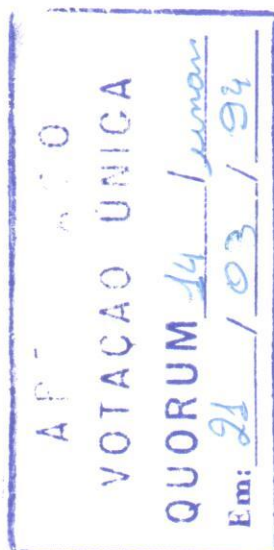
Assim sendo, somos de parecer favorável ao  
Projeto.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 01 de março de 1.994

BRAZ RESENDE

RELATOR



EMENDA ADITIVA Nº 001/94



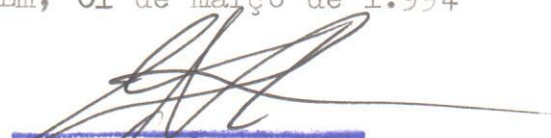
AO PROJETO DE LEI Nº 138 DE 01/02/1994.

ACRESCENTA O ARTIGO 7º AO PROJETO DE LEI Nº 138/94.

Art. 7º - As despesas realizadas com publicidade, através da Imprensa escrita e falada, deverá constar a origem do recurso e o valor pago, no rodapé de cada texto.

Ouro Preto do Oeste - RO

Em, 01 de março de 1.994

  
Braz Resende  
Vereador - PDT

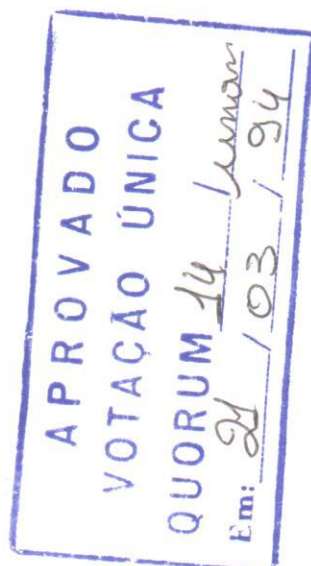
### J U S T I F I C A T I V A

A presente Emenda é necessária, uma vez que o Artigo 37 da Constituição Federal estabelece que um dos princípios da Administração Pública é o da Publicidade, sendo a nosso entendimento de que a mesma deve ser clara, transparente aos olhos dos nossos Municípios. Portanto é o que pretendemos com a presente Emenda.

Ouro Preto do Oeste - RO

Em, 01 de março de 1.994

  
Braz Resende  
Vereador - PDT



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 138 DE 01 DE FEVEREIRO DE 94

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE DO PODER' LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OES-TE-RO".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 005

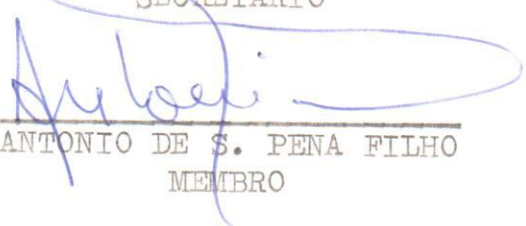
Após análise ao projeto supra mencionado, e em cumprimento a determinação Constitucional (Artigo 37) e a Lei Orgânica Municipal, a fim de tornar transparente os atos Administrativo, bem como à Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, que estabelece normas para a Licitação nos casos dos Contratos de Publicidade, manifesta-mo-nos favoravelmente à sua aprovação.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 01 de março de 1.994 . .

  
VALDINEY SANTOS MOITINHO  
PRESIDENTE

  
BRAZ RESENDE  
SECRETÁRIO

  
ANTONIO DE S. PENA FILHO  
MEMBRO



ESTADO DE RONDONIA  
Câmara Municipal de Ouro Preto  
SEÇÃO LEGISLATIVA

Comissão Permanente de  
Orçamento e Finanças  
Para parecer dentro do prazo regi-  
mental, em 25 de 02 de 1994

Paulo  
Chefe De Seção Legislativa



Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste  
O Vereador Valdiney S. Moitinho  
Presidente da Comissão Permanente de  
Orçamento e Finanças  
No Uso Das Atribuições Que Lhe Conferem  
O Art. 44 Do Regimento Interno.  
Resolve Designar O Vereador  
Braz Rosendo  
Membro Da Comissão Permanente Para Atuar Como Re-  
lator do presente Projeto de Lei  
N.º 138 / 1994  
Sala Das Sessões, em 25 De  
Dezembro 94.

Valdiney Santos Moitinho  
Vereador - PTR

A Seção Legislativa  
Segue o presente processo  
para Providências  
Em 16/03/94

Valdiney Santos Moitinho  
Vereador - PTR

PROJETO DE LEI Nº 138

DE 01 DE FEVEREIRO DE 1.994

APROVADO

1ª VOTAÇÃO

QUORUM 14 *Unan*

Em: 21 / 03 / 94

APROVADO

2ª VOTAÇÃO

QUORUM 14 *Unan*

Em: 28 / 03 / 94

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE'  
DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE  
OURO PRETO DO OESTE".

do Oeste,

O Prefeito do Município de Ouro Preto

Faço saber que a Câmara Municipal a  
provou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) O Plano de Publicidade do Po  
der Legislativo para o exercício de 1994, aprovado na forma desta'  
Lei, compreenderá as seguintes publicações:

I - Informativos mensais, quinze-  
nais ou diários;

II - Documentos Oficiais;

III - Atos do Poder Legislativo;

IV - Campanhas para esclarecimento

Público;

V - Notas Oficiais; e,

VI - Divulgação de proposições.

Art. 2º) A veiculação publicitária ,  
far-se-á pelos seguintes meios:

I - Imprensa falada ou escrita;

cartazes, folhetos;

II - Painéis, aut door's, placas,

meios de divulgação.

III - Televisão, rádio e outros

PROJETO DE LEI Nº 138

APROVADO  
1ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 *unanim*  
Em: 21 / 03 / 94

APROVADO  
2ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 *unanim*  
Em: 28 / 03 / 94

DE 01 DE FEVEREIRO DE 1.994



"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE'  
DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE  
OURO PRETO DO OESTE".

do Oeste,

O Prefeito do Município de Ouro Preto

Faço saber que a Câmara Municipal a  
provou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) O Plano de Publicidade do Po-  
der Legislativo para o exercício de 1994, aprovado na forma desta  
Lei, compreenderá as seguintes publicações:

I - Informativos mensais, quinze-  
nais ou diários;

II - Documentos Oficiais;

III - Atos do Poder Legislativo;

IV - Campanhas para esclarecimento

Público;

V - Notas Oficiais; e,

VI - Divulgação de proposições.

Art. 2º) A veiculação publicitária ,  
far-se-á pelos seguintes meios:

I - Imprensa falada ou escrita;

cartazes, folhetos;

II - Painéis, aut door's, placas,

meios de divulgação.

III - Televisão, rádio e outros





Art. 3º) A despesa a ser realizada com a publicidade de que trata esta Lei, é estimada em Cr\$..... 3.000.000,00 (TRÊZ MILHÕES DE CRUZEIROS REAIS).

Art. 4º) Além do Processo Licitatório para a realização das despesas previstas nesta Lei, serão observados, quando for o caso:

I - Tratando-se de publicidade faladas, rádio e televisão, a área de abrangência deverá atingir, pelo menos, a sede do Município;

II - Tratando-se de imprensa escrita (jornal), a circulação deverá abranger, pelos menos a sede do Município;

III - Tratando-se de periódicos, revistas ou outros meios de divulgação, deverá ser assegurado a circulação ou distribuição, pelos menos, na sede do Município, durante o período que compreender a publicidade;

IV - Outros requisitos previstos nos respectivos atos convocatórios da licitação.

PARÁGRAFO ÚNICO - No Processo Licitatório será observado os limites das modalidades e os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 5º) As despesas realizadas com publicidade, através da Imprensa escrita e falada, deverá constar a origem do recurso e o valor pago, no rodapé de cada texto.

Art. 6º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º) Revogam-se as disposições em contrário.

  
**Auro Vieira Coêlho**  
Presidente CMOPO

PROJETO DE LEI Nº

DE 01 DE FEVEREIRO DE 1.994

Fls. 02

Art. 3º) A despesa a ser realizada com a publicidade de que trata esta Lei, é estimada em Cr\$..... 3.000.000,00 (TRÊZ MILHÕES DE CRUZEIROS REAIS).

Art. 4º) Além do Processo Licitatório para a realização das despesas previstas nesta Lei, serão observados, quando for o caso:

I - Tratando-se de publicidade faladas, rádio e televisão, a área de abrangência deverá atingir, pelo menos, a sede do Município;

II - Tratando-se de imprensa escrita (jornal), a circulação deverá abranger, pelos menos a sede do Município;

III - Tratando-se de periódicos, revistas ou outros meios de divulgação, deverá ser assegurado a circulação ou distribuição, pelos menos, na sede do Município, durante o período que compreender a publicidade;

IV - Outros requisitos previstos nos respectivos atos convocatórios da licitação.

PARÁGRAFO ÚNICO - No Processo Licitatório será observado os limites das modalidades e os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 5º) As despesas realizadas com publicidade, através da Imprensa escrita e falada, deverá constar a origem do recurso e o valor pago, no rodapé de cada texto.

Art. 6º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º) Revogam-se as disposições em contrário.

  
Auro Vieira Coêlho  
Presidente CMOPO